

A Secção Atualidades objetiva pôr o leitor em contato com situações questionáveis, singulares e até mesmo humorísticas, sob o enfoque ético. Os relatos desta Secção serão sucintos e diretos. Igualmente, serão noticiados cursos, seminários, simpósios e congressos, no Brasil e no mundo, concernentes à Bioética.

Uma análise crítica da filosofia do "asilo" (*hospice*)

Alguns aspectos fundamentais do atendimento prestado em "asilos", na Inglaterra:

1. O "asilo" implica na aceitação da morte como um episódio natural do ciclo vital.
2. Quando a morte é percebida como inevitável, o "asilo" não a antecipará, nem prolongará a vida.
3. Pacientes, suas famílias e entes queridos estarão unidos nos cuidados (e nos "propósitos", este acréscimo é nosso).
4. A dor psicológica e espiritual é tão importante quanto a dor física, e essas três formas de dor requerem toda perícia e atenção de uma equipe interdisciplinar.
5. A atenuação dos sintomas e o controle da dor são os objetivos clínicos visados; a meta de toda intervenção é a de maximizar a qualidade da vida remanescente, por meio de terapias paliativas.
6. A assistência é prestada independentemente das condições (do paciente, ou de sua família) de pagamento.

F. Ackerman _ Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics, 1997.

[Há, felizmente, ilhas de sabedoria entre os profissionais de saúde. Contrapondo-se à "não aceitação da morte" característica muito presente em nossa sociedade, há quem consiga privilegiar a qualidade de vida também na iminência da morte.

A "onipotência" do médico, incapaz de absorver o insucesso representado pela vitória da inimiga "tanatos", a par do seu próprio medo de morrer (projetado no paciente)_ tudo isso, aliado a uma cultura que expulsa a morte do pensamento, vai sendo superado por iniciativas pioneiras como a que se propõe neste trabalho.]

Autonomia prospectiva _ dilemas morais

Margo é uma pessoa relativamente jovem com síndrome de Alzheimer. Antes de adoecer, ela estabeleceu que não se deveriam empregar, para manter-lhe a vida, técnicas "avançadas". Com Alzheimer, Margo é descrita por um de seus médicos como "uma das pessoas mais felizes que eu tenha conhecido". O autor apresenta e analisa a opinião de vários autores sobre respeitar ou não a vontade da paciente, expressa antes de adoecer. Dresser e Dworkin discutem o respeito às diretrizes anteriores à doença, à luz das suas visões próprias quanto à teoria da identidade pessoal.

A divergência entre Dresser e Dworkin nunca será resolvida através da pura racionalidade. Se Margo, atualmente portadora de Alzheimer, é, ou não, outra pessoa com relação à Margo "hígida", prevalecendo, ou não, a determinação da Margo pré-Alzheimer com relação a não-utilização de técnicas sofisticadas de manutenção da vida _ tudo é questão de enfoque. Cada um "puxa a brasa para a sua sardinha", dependendo das emoções envolvidas nesse posicionamento.

Como sempre, antes vem a divergência (emo-cional) quanto a uma determinada situação, depois a busca de explicação para que a própria opinião prevaleça.

Não é muito diferente de quando se discute o suicídio assistido: quem parte da crença de ser a vida um dever, nunca será a favor; quem considera a vida como algo pertencente a cada pessoa, este poderá optar pela sua abreviação.

Hume e Parfit, reducionistas, consideram o "self" como um "pacote de impressões" (desconsiderando-as); Dworkin,

segundo a linha de Locke, considera a pessoa como "um ser inteligente e pensante, dotado de razão e reflexão, que pode perceber ele como ele mesmo, sendo a mesma "coisa pensante" em tempos diferentes e lugares diversos, sendo guiado exclusivamente pela consciência inseparável do pensamento, e essencial para o mesmo".

O autor indica quatro condições necessárias para caracterizar a personalidade, no conceito Lockeano: racionalidade, continuidade, inquietude e consciência de si mesma.

Assim sendo, ele vê na Margo demenciada a persistência de alguns desses elementos, dizendo-se, entretanto, obrigado a reconhecer a dificuldade de se determinar "mudança de personalidade". Assim, hesita quanto à aceitação, ou não, das diretrizes de Margo pré-Alzheimer.

B. A. Rich _ Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics, 1997.

[De minha parte, há academicismo demais, e muita insegurança, nessa discussão.

O conceito de doença é somente estatístico. Tudo indica, no caso de Margo, que ela rejeitaria a sua determinação anterior. Tudo faz crer que "a Margo de agora seja mais feliz que a anterior". Logo, preserve-se, ao máximo, a sua vida. A menos que ela demonstre sofrimento.

É bom que não se confunda o que pode vir a ser um incômodo social (*manutenção da Margo*), com a vontade da própria Margo.

O respeito à subjetividade é, a meu ver, o desafio maior, e o objetivo melhor, a ser perseguido neste final de milênio. Mesmo sem o rótulo de um CID, uma pessoa pode mudar de opinião quanto à sua vontade de continuar viva.]

Órgãos para todos

A United Network for Organs Sharing (UNOS) submete uma proposta aos conselheiros do Uniform Anatomical Gift Act (UAGA), nos Estados Unidos, proibindo as doações discriminatórias de órgãos. A UNOS enfoca aquelas doações de órgãos de cadáveres destinados a pessoas de determinada etnia, nacionalidade, religião, gênero, ou qualquer outra característica. Algumas organizações receptoras de órgãos rejeitam a discriminação, sob a alegação de que esse tipo de doações limita o sistema de alocação de órgãos.

Argumenta-se, ainda, que essas doações conflitariam com as leis protetoras dos direitos civis. Comenta-se, porém, que tanto a UNOS como a UAGA não são dotadas de poder para impor suas regras, sendo a Constituição do estado da Flórida a única, nos Estados Unidos, que proíbe as doações dirigidas.

Hasting Center Report _ maio-junho 1997.

[Eticamente, trata-se de situação ótima para discussões. Há lógica na proposta da UNOS, apresentada à UAGA, visando à justiça distributiva na doação de órgãos retirados de cadáveres. Fere o princípio de justiça, na forma como nós o sentimos, a doação dirigida. À parte o argumento, importante, de a não aceitação da discriminação poder invalidar a doação, resta a reflexão sobre o conflito, também neste caso, entre os princípios de autonomia e de justiça.

Por um lado, exclui-se toda mercantilização dos órgãos, ainda que os proventos possam reverter para o doador ou a sua família: é de consenso quase geral dos bioeticistas que a venda de órgãos é imoral. Deve tratar-se de doação.

Mas, por outro lado, não se quer aceitar, conforme vimos, que a doação seja dirigida. Logo, pretende-se impor a todo cidadão a responsabilidade social, sem preconceitos (e sem compensação).

E, ainda, para corroborar a complexidade desta reflexão ética, vemos que muitos bioeticistas questionam a legislação brasileira que implantou a doação presumida de órgãos de cadáveres (Lei nº 9.434/97): com o objetivo de preservar a autonomia dos que morreram (e não quiseram ou não puderam opinar quanto à doação) e de seus familiares. O que se depreende é que o respeito à autonomia, ou à justiça, variam bastante, segundo as convicções daqueles que opinam.

Poder-se-á argüir que um órgão público (ainda que não governamental) não pode favorecer alguns "eleitos", em detrimento dos outros, para obedecer à vontade dos doadores (no caso das doações discriminatórias). E nesta mesma linha pode-se defender a recente legislação brasileira sobre doação presumida de órgãos: a "suposta" vontade de alguns (de não doar órgãos) não pode prevalecer sobre o interesse maior, da coletividade, de dispor

de órgãos para transplantes.

Minha posição, pessoal, é de defesa da coerência. Meu intuito é trazer à tona, ainda uma vez, os poderosos conflitos que a reflexão ética pode propiciar.]

Por que ter medo do clone?

O Hastings Center Report, na pág. 48 (July-August, 1997), menciona a coleta de células de animais de espécies em extinção, no zoológico de San Diego (EUA). Essas células, congeladas, serviram para a reprodução desses animais. E por que não a clonagem? Se, até hoje, ela só foi obtida com animais femininos (privilégios de "gênero"), talvez no futuro se possam reproduzir também machos, por esse método.

Vê-se, assim, que a própria preservação de uma espécie (e porque não a humana?) pode ser assegurada pela clonagem.

Salta mais uma vez aos olhos o medo que assoma as mentes mais conservadoras diante da evolução científica e tecnológica. Esquecem-se, esses "medrosos", que seremos nós, seres humanos, quem sempre iremos optar pela adoção, ou não, de determinadas técnicas, nas mais variadas circunstâncias. E não foi sempre assim? O experimento nunca será ético, ou antiético, por si mesmo. Ética ou antiética será a sua utilização.